

EPILEPSIA E HISTÓRIA SOCIAL DO PENSAMENTO MÉDICO: QUESTÕES HISTORIOGRÁFICAS.

Aluna: Natalia Dalier Bastos

Orientadora: Margarida de Souza Neves

Introdução

Este Relatório, o primeiro que apresento como bolsista de Iniciação Científica e participante da equipe de pesquisa coordenada pela professora Margarida de Souza Neves, do Departamento de História, diz respeito a seis meses de trabalho no Projeto de Pesquisa *Em defesa da sociedade? Epilepsia e propensão ao crime no pensamento médico brasileiro. 1897 – 1957*. Trata-se, portanto, da apresentação de resultados ainda iniciais e compatíveis com esse tempo de bolsa.

O objetivo principal do Relatório é aprofundar, do ponto de vista da historiografia, a especificidade do Projeto que desenvolvemos que, se bem se inscreva na linha de uma história social da saúde e da doença, tem a particularidade de abordar a epilepsia como objeto de pesquisa histórica a partir da perspectiva da História Social da Cultura.

Relatório Técnico:

A participação na equipe de pesquisa, formada por um grupo numeroso de bolsistas de Iniciação Científica PIBIC-PUC-Rio, FAPERJ e CNPq (quota do pesquisador) e por duas professoras do Departamento de História, pressupõe atividades de duas naturezas diferentes: aquelas desenvolvidas individualmente, ainda que seus resultados revertam para o trabalho do coletivo da equipe e aquelas que são desenvolvidas coletivamente.

Entre as atividades desenvolvidas coletivamente destacam-se as seguintes:

- Participação nas reuniões semanais do Grupo de Pesquisa, realizadas nas terças feiras a partir das 15 horas, nas quais são apresentados os resultados das atividades individuais; definidos os procedimentos teórico-metodológicos a serem seguidos pela equipe; realizados seminários de leitura de textos historiográficos e teóricos que têm relação com o tema da pesquisa e apresentados os resultados dos trabalhos individuais e da equipe.
- Comparecimento a eventos acadêmicos relacionados ao tema e objetivos da pesquisa. Neste semestre, a equipe compareceu à palestra realizada na ABL sobre Afrânio Peixoto e ministrada por Alberto Venâncio Filho uma vez que Afrânio Peixoto, além de ter presidido a ABL, é um dos médicos cuja produção é central para a pesquisa, já que é o autor de uma tese acadêmica, intitulada *Epilepsia e Crime* [1], posteriormente publicada em livro, e que se constitui no marco cronológico inicial da pesquisa em curso. Toda a equipe compareceu igualmente ao seminário *Pesquisa em História das Ciências e da Saúde: os itinerários de um campo de investigação*, parte do 8º Encontro de História da Saúde – História e Memória da Ciência e da Saúde: Balanço e Perspectivas, promovido e realizado pela Fundação Oswaldo Cruz, cujas discussões contribuíram para o aprofundamento de questões historiográficas sobre a história da saúde e da doença.
- Participação em eventos internos à PUC-Rio, tais como o *PUC por um dia*, no qual os bolsistas de IC do Departamento apresentam aos alunos de colégios possivelmente interessados em cursar a Graduação em História suas experiências de iniciação à pesquisa.

- Atualização do site da pesquisa (www.historiaecultura.pro.br). O site recolhe a produção da equipe e de cada um de seus membros.

As atividades desenvolvidas por mim individualmente foram as seguintes:

- Ida à Biblioteca Nacional e realização de levantamento bibliográfico e documental no acervo desta instituição.
- Leitura e fichamento do Projeto de Pesquisa *Em defesa da sociedade? Epilepsia e propensão ao crime no pensamento médico brasileiro. 1897 – 1957*, bem como do Projeto já concluído em fevereiro de 2007 e intitulado *Ciência e preconceito. Uma história social da epilepsia no pensamento médico brasileiro. 1858 – 1906*. As questões acadêmicas levantadas por esses dois Projetos constituem a pauta sobre a qual se desenvolvem os trabalhos da equipe e de cada um de seus membros.
- Leitura e fichamento do livro da médica Elza Márcia Targas Yacubian intitulado **Epilepsia da Antiguidade ao Segundo Milênio: Saindo das Sombras** [2]. Ainda que o livro não aborde a epilepsia no Brasil sob o ponto de vista histórico, trata-se da única produção bibliográfica brasileira de viés histórico sobre esta doença, e daí sua importância para a pesquisa.
- Exposição oral sobre este livro para a equipe e condução das discussões do seminário historiográfico sobre o mesmo.
- Visita ao Instituto de Neurologia Deolindo Couto para pesquisa e elaboração de texto a ser incluído como parte da página *Lugares de Memória da Medicina Brasileira* no site www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito.
- Visita à Casa de Saúde Dr. Eiras, que dispõe de um acervo significativo de prontuários médicos sobre enfermos diagnosticados como epiléticos que ali foram tratados ambulatorialmente ou internados, para pesquisa e elaboração de texto a ser incluído como parte da página *Lugares de Memória da Medicina Brasileira* no site www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito.
- Comparecimento às entrevistas individuais de orientação com a orientadora e coordenadora da equipe de pesquisa, professora Margarida de Souza Neves.
- Leitura do livro *A cidade Letrada*, de Angel Rama [3], essencial para a construção e o aprofundamento do conceito de *cidade letrada*, com o qual a pesquisa opera.

A participação no grupo de pesquisa é uma oportunidade de aprofundar conhecimentos que sistematizamos nas disciplinas que cursamos mas é também uma ocasião de iniciar o trabalho profissional de pesquisa em história contando com orientação acadêmica e com o respaldo de um grupo de colegas. Ainda que este Relatório esteja referido a um período muito inicial de minha participação na equipe, creio que já posso afirmar que a bolsa de Iniciação Científica está atingindo seus objetivos e que considero a oportunidade de ser membro deste grupo de pesquisa uma ocasião de crescimento acadêmico e pessoal.

Relatório substantivo

A análise da relação entre epilepsia e propensão inata ao crime, tese defendida por um grupo de médicos brasileiros particularmente atuantes na configuração que assume, entre nós a criminologia e a medicina legal, tem como um de seus pressupostos um aprofundamento da perspectiva historiográfica que assume, entre nós, a história da saúde e da doença.

É nessa perspectiva que a análise do único livro de perspectiva histórica sobre a epilepsia publicado no Brasil ganha importância. Trata-se de um texto escrito por uma médica neurologista e epileptóloga, pesquisadora de reconhecido mérito acadêmico

nesta área da ciência, Elza Márcia Targas Yacubian, professora da Escola Paulista de Medicina (UNIFESP).

É importante assinalar que se trata de um livro de divulgação científica, patrocinado por um laboratório farmacológico e que, portanto, não tem nem pretende ter um caráter acadêmico.

É igualmente importante sublinhar que o livro segue a tradição de uma linhagem de médicos especialistas que se dedicam a escrever a história da medicina, a história de sua especialidade médica ou a história das doenças que, como especialistas, tratam.

São muitos os médicos que se aventuram pelo território da história. Talvez o exemplo mais conhecido internacionalmente seja o do Dr. Pedro Lain Entralgo, médico e humanista espanhol e também historiador da medicina, autor de uma obra sobre a evolução do saber médico que é, até hoje, amplamente citada. Entre os médicos brasileiros que se interessam pela história da medicina, o mais conhecido e citado é sem dúvida o Dr. Lycurgo de Castro Santos Filho, nascido em 1910 e autor de uma conhecidíssima *História Geral da Medicina Brasileira* [4].

Sem que tenha a pretensão de ser uma obra de referência na história da epilepsia, o livro de Elza Márcia se inscreve nesta perspectiva historiográfica, em primeiro lugar, por ser uma obra de cunho histórico escrita por uma médica, mas em segundo lugar, e principalmente, porque sua autora, tal como a maioria dos médicos que publicam obras de cunho histórico, entende a História como uma evolução linear e feita de conquistas sucessivas da ciência, e por isso, considera que fazer um livro de história é periodizar esta evolução, e situar suas várias etapas no tempo cronológico e narrar as conquistas e os principais vultos de cada uma das etapas pelas quais vem passando a abordagem médica de uma dada doença, no caso, a epilepsia.

Uma perspectiva diferente, mais frequentemente desenvolvida por historiadores de ofício, é aquela que vê na medicina, no pensamento médico, ou em uma doença determinada, uma das manifestações que permitem entender um processo histórico ou uma dada sociedade, como se fosse um fragmento que só ganha sentido se compreendido no todo do qual faz parte e do qual é revelador. Esta perspectiva, diferentemente da primeira, interessa-se sobretudo pelas discontinuidades e as diferenças e, por essa razão, não pode ver o tempo histórico como uma evolução contínua, uma marcha, cada vez mais acelerada, mas sempre a mesma, na direção do progresso científico.

Na perspectiva da história social da cultura na qual o Projeto se inscreve, o estudo do pensamento médico brasileiro sobre a epilepsia, assim como o estudo da relação entre epilepsia e crime que se apresenta no pensamento de médicos que tiveram uma particular importância na conformação, entre nós, da criminologia e da medicina legal permite, certamente, conhecer algo mais sobre o pensamento médico a respeito da epilepsia e sobre a construção de campos científicos tais como a neurologia, a própria epileptologia, a criminologia e a medicina legal, mas permitem – sobretudo – compreender melhor o processo histórico da sociedade brasileira em conjunturas bem determinadas e, nele, o lugar social do médico, da relação médico-paciente, do significado social da ciência médica e do exercício da medicina e, ainda, a construção de determinados conceitos médicos e sua relação com os conceitos que articulam a lógica cultural que preside a sociedade em determinado momento.

Afirmar essas perspectivas diferentes de abordagem de questões relativas à história da saúde e da doença significa, por um lado, esclarecer as distintas pautas de trabalho e perspectivas de análise. Significa, do mesmo modo, reconhecer que essas perspectivas de leitura tão diferentes podem se enriquecer mutuamente.

No caso da epilepsia, cabe salientar que a presença quase exclusiva de médicos na produção de viés histórico sobre a doença não é uma particularidade brasileira. É importante assinalar que essa produção é muito escassa nacional e internacionalmente, e que são os médicos especialistas os que, até o momento, produziram as obras sobre a história desta doença. Entre nós é o caso da Dra. Yacubian e, no cenário internacional, é o caso das obras de Owsei Temkin [5] - livro, cuja primeira edição foi publicada em 1945, e a segunda, revista e ampliada, em 1971, em que se apóia, em larga medida, este trabalho da Dra. Yacubian, que, para valorizar o médico inglês e estudioso da história da doença, utiliza como principal mérito do estudo o fato de ter se apoiado em 1.120 referências para fazer um trabalho capaz de abranger toda a evolução do tratamento da doença até a fase inicial da neurologia moderna - e é também o caso do trabalho de Bladin e Mervin [6].

Por ser a única publicação brasileira a respeito da história da epilepsia, ainda que não seja referido ao Brasil, o livro da Dra. Yacubian será objeto de uma análise mais detalhada neste Relatório.

A autora do livro, por entender o tempo histórico como uma evolução linear, situa o que considera os avanços da medicina em etapas cronológicas situadas na periodização tradicional da História Geral, ou seja, na antiguidade, idade média, nos tempos modernos e na época contemporânea.

Ao tratar da antiguidade, alude às referências à epilepsia presentes no Código de Hamurabi e afirma que os antigos egípcios consideravam a epilepsia como “a entrada de uma pessoa morta ou um demônio no interior da vítima” (p. 19), afirmação que permite sublinhar a relação entre a doença e a demonização do paciente, estudada pela bolsista do Projeto Mariana Lapagesse de Moura [7]. Ao se referir aos hebreus, cita o Talmud, que relaciona a crise ao ato sexual em condições bizarras e recomenda a proibição do casamento entre epiléticos. (p. 19), recomendação esta que será retomada pela produção científica do século XIX, e, em particular, pelas teses médicas brasileiras que se constituíram na base documental fundamental da primeira etapa de trabalho da equipe de pesquisa, etapa essa concluída em março de 2007, e cujos resultados podem ser consultados em www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito. No caso dessas teses, a recomendação da proibição do casamento de pessoas diagnosticadas como epiléticas obedecerá ao falso pressuposto de que a principal causa da epilepsia é a sua transmissão hereditária e visava o que os médicos de então consideravam *a saúde da sociedade*, e que, a seus olhos, justificava a negação dos direitos individuais das pessoas com epilepsia.

Ainda ao expor a relação dos povos antigos com a epilepsia, a autora afirma que nas civilizações que se estabeleceram em terras hoje pertencentes à Índia e à China a epilepsia era considerada como um distúrbio das funções mentais, e não como uma manifestação de possessão, enquanto que na Grécia antiga a doença era chamada de *mal sagrado*, uma vez que alguns acreditavam que, por ocasião das crises, os doentes assumiam a função de oráculos. Neste sentido, eram considerados como possuídos por uma divindade. Também foi ali chamada de *mal hercúleo*, quer porque esta figura mitológica teria o poder de provocá-la, quer por acreditarem ser o próprio Hércules um epilético, quer ainda pela força física por vezes manifestada pelos doentes em crise. Em outros momentos, a epilepsia foi considerada na Grécia antiga como um pecado contra Selene, personificação da lua. Por essa razão também recebeu ali a denominação de *doença da lua*. Deuses e demônios eram igualmente temidos pelos gregos, que consideravam que ambos podiam estar na origem da doença.

Elza Márcia chama ainda a atenção dos leitores para a identificação e descrição da doença feita por Hipócrates e para o fato de que, para Hipócrates como

para Demócrito, a crise epiléptica estar associada ao ato sexual, já que para ambos “o coito é um ataque epiléptico leve” (p37).

Já na idade média, a doença, quase sempre associada a um castigo divino ou à possessão demoníaca, era conhecida como o *mal caduco*, em função das quedas sofridas pelos doentes em crise.

Antes de se ocupar do período moderno, a autora faz um parêntese na cronologia comentada que faz sobre a epilepsia para enumerar figuras históricas – entre as quais inclui, curiosamente, a Hércules – que tinham a doença e eram geniais em algum campo da cultura ou da vida política. Cita figuras como Fiódor Mikháiloch Dostoievski (1821-1880), autor de *Irmãos Karamázov*, o escritor brasileiro Machado de Assis, o pintor Van Gogh, que - segundo ela - sofria de mania aguda e alucinações visuais e auditivas, o czar Pedro o Grande e outros, habitualmente referidos pelos médicos, para argumentar, pela via do exemplo de epiléticos notáveis, que os portadores da doença não devem ser discriminados e trouxeram contribuições relevantes em diversos setores.

É curioso observar que, ainda que bem intencionado, o argumento pode, quando levado ao extremo da afirmação de que esses personagens são geniais porque são epiléticos – o que, por certo não é o caso da autora em pauta, mas de vários estudiosos contemporâneos e mesmo de algumas teses médicas brasileiras da época estudada, que o avesso do preconceito pode ser também preconceituoso. Nas teses médicas da época estudada no Projeto, essa argumentação parte do pressuposto de que o doente com epilepsia é anormal, e essa anormalidade se traduz pelo excesso e a exacerbação que, pode fazê-lo tender para a genialidade, quando sua manifestação seja exacerbadamente positiva, ou para o crime, quando se traduza em manifestações exageradas de violência. Nos autores estudiosos contemporâneos da epilepsia, a associação desta doença – de forma imediata e absoluta – à propensão ao crime esta superada, mas considerar a genialidade ou a proeminência de uma pessoa como função da epilepsia, é, ainda considerar essa preeminência em determinado campo como uma manifestação da patologia que, no limite, levaria a admitir que o que faz de Machado de Assis um escritor excepcional não é a qualidade que consegue em sua escrita, ou a originalidade da literatura que produz, mas a epilepsia que padece.

É ainda significativo assinalar que as teses médicas produzidas nas Faculdades de Medicina brasileiras entre 1858 e as primeiras duas décadas do século XX, em sua quase totalidade, enumeram e explicam a sinonímia da epilepsia através da história e que essa enumeração e explicação tem a função de explicitar a erudição do médico, aspecto relevante para a natureza do texto acadêmico de medicina em período no qual a pesquisa empírica e os estudos de casos clínicos não são as principais evidências da cientificidade das teses médicas, cujos textos são, sobretudo, ensaísticos e retóricos.

Ao estudar a epilepsia e seu tratamento no mundo moderno, Yacubian afirma que, na Renascença, acreditava-se que “os gênios haviam sido melancólicos e que esses mesmos homens estariam particularmente propensos à epilepsia.” (p 28 e 29).

Elza Márcia Yacubian, cita, para o estudo da epilepsia e seu tratamento no período que antecede o aparecimento da neurologia moderna, um número elevado de autores, sobretudo médicos, mas também pensadores de outros campos do conhecimento.

Essas referências são importantes para a pesquisa porque fornecem elementos que permitem identificar autores e obras que são referências constantes nas teses estudadas pela equipe, e a ter acesso a um resumo de suas contribuições e argumentos centrais.

Entre estas referências importantes está Philippe Pinel (1745-1826), interlocutor principal das teses que estudam, entre nós, a histeria e sua relação ou diferenciação com a epilepsia. Segundo o livro lido, este autor, muito influente na medicina de sua época, diferenciou as neuroses dos sentidos, da função cerebral, da locomoção, da voz, da nutrição e da função sexual, ou seja, foi o responsável por uma classificação do conjunto das doenças neurológicas e psiquiátricas modernas. Esse autor é considerado o responsável pela separação entre a psiquiatria e a neurologia.

Também a importância da contribuição de Jean-Martin Charcot que dedicou toda uma vida de pesquisa à caracterização da Histeria e à sua diferenciação da epilepsia.

A postura moderna da medicina em relação à epilepsia tende a valorizar as conclusões baseadas em séries significativas de estudos de caso e em pesquisas empíricas. O que as sustenta é a racionalidade moderna, que as situa no pólo oposto à uma postura mágica, presente na relação dos médicos e da sociedade com essa doença e que aparece exemplificada através da classificação feita por Constantino, o Africano, em obra de 1515 que foi estudada por Temikn em 1971 e na qual sustenta um método e uma classificação expressivos do pensamento mágico:

“Deve-se dizer no ouvido do paciente um comando para que o demônio se retire. Se se tratar de um lunático ou de possessão demoníaca, ele permanecerá em um estado semelhante à morte durante uma hora, ao fim da qual será capaz de responder ao que lhe é perguntado. Se, entretanto, o demônio persistir, é a prova de que se trata de um epilético.” [p.91].

Na valorização de procedimentos cirúrgicos para o tratamento da epilepsia destacam-se, na perspectiva da autora, os alemães Eduard Hitzig (1838-1907) e Gustav Theodor Fritsch (1838-1927). William Richard Gowers recomendava a circuncisão para meninos como método preventivo, e supunha que a masturbação poderia causar, de alguma maneira, a epilepsia, aproximando-se assim de médicos brasileiros da temporalidade estudada que associam a epilepsia a uma vida sexual desregrada e ao que a época considerava expressões de imoralidade.

O livro trata igualmente, novamente como uma *evolução*, dos fármacos utilizados no tratamento da epilepsia e destaca, para as primeiras etapas do tratamento farmacológico da doença, o uso de medicamentos a base de brometo, o fenobarbital, a beladona, que era utilizada em sedativos, estimulantes e antiespasmódicos e de cujas folhas secas era extraída a digitalis purpúrea, usada como cardiotônico. Vincent Van Gogh usou a folha, que causou no pintor alucinações psicóticas, e uma possível intoxicação crônica por digital que teria desenvolvido após o tratamento da epilepsia.

Tais medicamentos aparecem indicados nas teses brasileiras estudadas, o que é um indício de que a elite médica brasileira acompanhava de perto as descobertas e procedimentos experimentais dos médicos europeus.

Por fim, cabe assinalar que além dos dados informativos e da localização dos principais interlocutores europeus das teses brasileiras da época estudada, o livro traz um rico material iconográfico, que será muito útil como ponto de partida para a elaboração de referências e textos para o site da pesquisa.

Referências

- 1 - PEIXOTO, A. **Epilepsia e crime**. Salvador da Bahia: V. Oliveira & Comp., 1898.
- 2 - YACUBIAN, E. M. T. **Epilepsia. Da antiguidade ao segundo milênio. Saindo das sombras**. São Paulo: Lemos Editorial, 2000.
- 3 - RAMA, A.. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- 4 - SANTOS Filho, L. **História Geral da Medicina Brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Edusp/Hucitec, 1991.
- 5 - TEMKIN, O. **The Falling Sickness: A History of Epilepsy from the Greeks to the Beginnings of Modern Neurology**. New York: Softshell Books by Johns Hopkins University Press, 1994.
- 6 - BLADIN, P. F. e MERVIN, J. E. **A Disease Once Sacred: A History of the Medical Understanding of Epilepsy**. Londres: John Libbey Eurotext, 2001.
- 7 – MOURA, M. L. **Danação dos homens, Salvação da sociedade: epilepsia e exclusão social no Brasil da segunda metade do século XIX**. Rio de Janeiro: 2007. Monografia. (Bacharelado em História) Departamento de História, PUC-Rio.